

## Verdade é base para a reconciliação

*A Alemanha tornou-se exemplo mundial de como passar a limpo o passado totalitário. Primeiro, com o nazismo. Depois, com o comunismo da RDA. Três experts alemães falaram à Tópicos sobre a necessidade de transparência sobre o passado para fortalecer a democracia e fizeram comparações com a situação no Brasil.*

TEXTO: MÁRCIO WEICHERT

**A**pós a queda do Muro de Berlim, os arquivos do Ministério da Segurança do Estado (Stasi) da República Democrática Alemã (RDA) foram tomados por cidadãos alemães-orientais para evitar que os mesmos fossem destruídos. Formalizada a reunificação alemã e aprovada a Lei dos Arquivos do Stasi, o acervo passou a ser administrado de forma a dar transparência aos anos da repressão. No Brasil, os arquivos da repressão do regime militar de 1964 a 1985 foram destruídos ou permanecem, quase todos, secretos ou escondidos. Argumenta-se sobretudo que os crimes cometidos estão protegidos pela Lei da Anistia de 1979 e que não devem ser investigados em prol da reconciliação e da paz social e política.

Mariane Birthler, encarregada do governo alemão para os Arquivos do Stasi, considera esta conduta um equívoco. Convidada do Goethe-Institut São Paulo para um seminário sobre os 30 anos da anistia no Brasil e o direito à memória, à verdade e à justiça,

Birthler lembrou, referindo-se a religião predominante no Brasil, que no catolicismo confessar os pecados é um passo imprescindível para o perdão. “A reconciliação só é possível a partir da verdade. A confissão de erros e de culpa é pré-condição para se alcançar a paz”, afirmou. Birthler destacou que “a reconciliação em países que superaram ditaduras é desejada sobretudo por aqueles que foram responsáveis pelos crimes”, mas “a verdade não impede a reconciliação”.

Com ela concordam os pesquisadores Ralph Buchenhorst, da Universidade de Halle-Wittenberg, e Andrea Genest, do Centro de Pesquisa em História Contemporânea, de Potsdam, igualmente convidados pelo Goethe-Institut para o seminário.

Os três são a opinião que a transparência sobre o passado totalitário de um país fortalece, por um lado, a democracia e, por outro, restabelece a dignidade individual de suas vítimas. Para Buchenhorst, estes dois pontos

são muito mais importantes do que a integração e a reconciliação dos criminosos no ambiente democrático. “Uma sociedade que não dá transparência a suas estruturas passadas, de mostrar como a opressão se dava, e tenta levar todos (criminosos e vítimas) juntos para o futuro, viverá em grande desconfiança. O esclarecimento é essencial para a democracia”, afirmou o doutor em filosofia e ex-professor leitor do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) da Cátedra Walter Benjamin, na Universidade de Buenos Aires.

Aos 51 anos, Birthler faz outro paralelo sobre a necessidade da verdade para que haja paz e reconciliação: “Disto também sabe qualquer um que já teve um conflito no casamento. Se há realmente interesse na reconciliação, é preciso colocar as cartas na mesa. Caso contrário, o casal vive uma paz fictícia, que a longo prazo não dura. Uma real reconciliação só pode ser alcançada quando as verdades amargas são reveladas.”



Andrea Genest



Mariane Birthler



Ralph Buchenhorst

Especialista na interpretação artístico-cultural do holocausto, Buchenhorst recorreu ao exemplo da Alemanha após o nazismo. “Após a Segunda Guerra Mundial, reprimiu-se na Alemanha Ocidental (RFA) o passado nacional-socialista e produziu-se uma reconciliação superficial, uma reintegração absolutamente inadequada de nazistas. Precisou-se de muito tempo para se concluir que a situação era insuportável, até que se decidiu retornar aos arquivos do nazismo. (Por ocasião da reunificação alemã) esta experiência levou à análise imediata dos arquivos da ditadura do SED (partido único da Alemanha Oriental). Acho que isto também seria possível na América Latina.”

Birther contou que a abertura dos arquivos do Stasi permitiu verificar-se, de forma detalhada, as atividades e os métodos da organização, “de modo que se pode compreender como o aparelho trabalhava e como estava integrado na estrutura de poder da RDA”. Os documentos, originados sobretudo de espionagem da vida particular dos cidadãos, também formam “um grande estoque de histórias”, que revelam “como as pessoas se comportaram sob as condições da ditadura, como elas se adaptaram, como se tornaram deladoras, como tomaram coragem para resistir, ou como, sob duras condições, se esforçaram para apenas manter-se de pé”, disse a berlinense, que estudou comércio exterior à distância, mas largou a profissão aos 28 anos para engajar-se na Igreja Luterana e na luta pelos direitos humanos em meio ao regime comunista.

“Parece que as pessoas eram o centro das atenções do Stasi. Erich Mielke, que por muitos anos foi chefe do Stasi, disse certa vez: ‘Camaradas, nós precisamos saber de tudo.’ Os documentos mostram que eles se empenharam bastante”, acrescentou. Somando estas informações a todos os registros sobre a economia, a cultura, o esporte e outras áreas da RDA, o acervo do Stasi é “indispensável para pessoas que pesquisam sobre a RDA,

pois trazem informações muito além do tema segurança do Estado”.

E saber o que é uma ditadura é igualmente indispensável para todos os cidadãos, segundo a encarregada dos Arquivos do Stasi. Para ela, “muita gente subestima o valor da liberdade e acredita que pode abrir mão dela em troca, por exemplo, de segurança e ordem. Este é o ponto-chave porque se deve saber o que significa viver em uma ditadura. Trata-se de uma questão cultural, de formação política, de debate público. Existem nações nas quais a individualidade e a liberdade possuem valor maior do que em outras”.

Genest observou que, sentiu no seminário em São Paulo, que as pessoas injustiçadas pelo regime militar mostram a necessidade de que seu sofrimento ainda se torne de conhecimento público. “Tenho a impressão que o interesse maior não é que os agentes das injustiças recebam altas penalidades, mas que um tribunal do Estado diga ‘sim, aqui ocorreu uma injustiça; você foi vítima, você foi autor da injustiça’. Ou seja, desejam uma afirmação oficial que lhes restaure a dignidade.”

Após a queda do muro, Birther foi deputada e, depois da reunificação, secretária de Educação, Juventude e Esporte do Estado de Brandemburgo. Renunciou ao cargo na época ao descobrir que o então governador Manfred Stolpe havia colaborado com o Stasi. Apesar da transparência sobre o passado na RDA, a militante luterana mostra-se decepcionada com a impunidade gozada pelos líderes do regime comunista e pelos membros das forças de segurança da Alemanha Oriental. Ela não se furta a qualificar como crimes os atos cometidos na RDA, embora os mesmos não possam ser enquadrados como tais nem mesmo pela Justiça da Alemanha reunificada.

“Não sei como definir pessoas que mantiveram, com uso de violência, 17 milhões de pessoas presas, impedidas de deixar seu país. Privação de liber-

dade é crime.” Somente casos de morte de pessoas que tentaram fugir da RDA passando pelo muro foram julgados, “mas o que o Stasi fez às pessoas – ou seja, destruiu suas biografias, sequestrou-as, infiltrou-se em suas esferas privadas, influenciou suas vidas – nunca foi levado aos tribunais”.

A justificativa: num estado de direito como a República Federal da Alemanha, criminosos – ressaltou Birther – só podem ser processados quando seus atos são enquadráveis na legislação penal vigente na ocasião do crime. Nos casos do Stasi, a própria legislação da RDA. “Não se pode retroativamente declarar crime um ato realizado quando não era punível. É um fundamento muito importante numa democracia, mas fica difícil aplicá-lo a crimes de uma ditadura, pois uma ditadura consegue facilmente, de forma legal, produzir injustiças”, afirmou. Para a encarregada dos arquivos, a solução jurídica seria a declaração do Stasi como uma organização criminosa. A berlinense explica que os assassinos de fugitivos junto ao muro puderam ser condenados, apesar de a legislação da RDA autorizar os tiros, pois homicídios não estão protegidos pela proibição da retroatividade.

Já cidadãos da Alemanha Ocidental que colaboraram com o Stasi estavam sujeitos à legislação da RFA. Dos 3000 inquéritos para investigar estes casos, 10% resultaram em condenações, enquanto, dos 4000 processos abertos contra colaboradores da RDA, somente 23, ou seja, 0,5%, chegaram a julgamento e condenação, informou a encarregada dos Arquivos do Stasi.

Quanto mais Mariane Birther conhece outros países que são ou tiveram ditaduras, mais ela verifica “que o caminho que tomamos na Alemanha com os documentos do Stasi configura-se uma exceção”. Em todos os lugares, “os arquivos dos governos autoritários, de suas polícias, foram destruídos, escondidos ou ainda são mantidos sob sigilo por motivos políticos”, ressaltou. Infelizmente. ■